

ATA DA ESCUTA ESCOLAR

Aos trinta dias do mês de outubro de 2017, no **Centro Municipal de Tempo Integral Olga Benário**, reuniram-se para a Escuta Escolar, o representante do Ministério Público Estadual do Tocantins, a Promotora de Justiça da 21ª Promotoria da Capital, Dra. Zenaide Aparecida da Silva, Assessor de Legislação e Normas da Semed Sr. Belmiran José de Souza, o Professor da Unitins Eric José Migani, o aluno da Unitins Ricardo G. Gonçalves, a diretora escolar Sra. Janeydes, a Orientadora educacional da U.E Professora Edileuza, a Secretária escolar Lucy Telma, A coordenadora Financeira Danyela Alvesa Pedagoga do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude - CAOPIJ, Francirene do Carmo Ferreira da Silva, conforme lista de frequência em anexo, para tratar de assunto referente a reposição das aulas, devido à greve dos Professores Municipais da capital Palmas, que ocorreu entre os dias 05 e 27 de setembro de 2017. Deu-se início a escuta, com a fala da Dra. Zenaide, perguntando se foi divulgado para os pais, sobre a presença do MPE-TO na escola para a realização dos levantamentos sobre as greves, a Gestora diz que não foi convidado nenhum pai por não ter sido informada formalmente sobre a visita, mais que soube por terceiros que a visita aconteceria mas que estava viajando e não teve como fazer o convite aos pais. A diretora pede a Secretária que ligue para chamar uma das mães que faz parte do conselho escolar, porém a mesma não teve disponibilidade para atender ao chamado da escola. A promotora pergunta a quantidade de alunos na U.E e quais anos são atendidos. A Gestora diz que tem aproximadamente 450 alunos, ela afirma que esse número sempre oscila, e a escola atende de 1º ao 5º ano. A Promotora pergunta qual foi o percentual de adesão da escola no movimento da greve. A gestora fala, que nesses dias não tiveram aula o que aconteceu foram apenas reforço para os alunos que compareceram na U.E, pois quase todos os professores aderiram ao movimento grevista. A Gestora diz também que o reforço trabalhado naquela unidade de ensino foi ministrada por profissionais com formação que a Semed mandou para escola e o pessoal do Mais Educação. A Gestora diz que as aulas foram ministradas não como aulas e sim como reforço e que no calendário da U.E estão para serem complementado o ano letivo a reposição de 15 dias de aula. A promotora pergunta se a escola está elaborando o calendário de reposição. Gestora diz que teve uma reunião com o secretário para discutir sobre o assunto mais que a mesma já levou alguma coisa já discutida com alguns dos professores. Ela não convocou uma assembleia com todos por esta esperando algo advindo da Semed. Depois que ouve a conversa com a Semed ela chamou alguns dos professores para rascunhar uma proposta. Ela diz também que a reposição tem que ocorrer ou aos sábados ou em janeiro devido ser uma escola de tempo integral e não ser possível reposição em hora atividade dos professores. Ela diz também que com a demora pela construção desse calendário de reposição, hoje implica em não haver sábados suficientes para a reposição do ano letivo. A gestora diz que os pais não gostam muito quando as aulas acontecem aos sábados, porém, a Promotora pergunta se os pais foram consultados sobre o assunto e a gestora foi bem objetiva em afirmar que não. Ela disse que estava esperando ouvir uma proposta real da Semed para depois levar algo mais desenhada aos pais. Ela diz que chamar os pais para ficar com suposições poderia dar muita confusão. A gestora afirma também que o clima na U.E mudou e para voltar a normalidade precisa de um árduo trabalho. A Gestora diz que ainda recebeu a orientação da Semed que se houver alguma atividade e ou evento a tarde ou a noite na U.E, ela pode ir abatendo. A promotora pergunta se ela computará os eventos extras curriculares nos 200 dias? Ela diz que é uma proposta para ir reduzindo horas. Ela

diz que seriam atividades envolvendo alunos e que seria realizada aos sábados. Ela diz que se tiver pais, alunos e há professores pode ser abatido em dia letivo e que essas aulas aconteceriam aos sábados. A promotora diz que a escola deve ouvir aos pais e o que não pode ser infringido é o direito dos alunos em seus 200 dias letivos. Isso é o que a lei regulamenta e é o que se tem que cumprir, e esse cronograma deve ser respeitado em todas as linhas, pais, professores e direção. Todos os atores devem ser ouvidos democraticamente. Ela diz ainda que as escolas têm peculiaridades diferentes portanto cada U.E tem a autonomia para criar seu cronograma de reposição, ouvindo todos os seguimentos envolvido no processo. O Sr. Belniran diz que na LBD é omissa quanto a reposição de aula porque ela não prevê uma eventual reposição em casos como de uma paralisação. Ele ainda complementa que com base nessa prerrogativa a Semed dentro de um estudo ouvindo os seus diretores de escola e o sindicato, onde partindo desse princípio discutiu-se que as melhores datas seriam aos sábados. Porém não há mais sábados suficientes para essas reposições ele diz também que as aulas nesses dias o número de alunos é mínimo. A gestora afirma que na sua escola o período de greve foi tranquilo devido ela ter recebido profissionais da secretária municipal para suprir a falta dos professores grevistas, ela afirma também que todos tinham formação para ministrar aulas e o que não tinha foi enviado para o administrativo. Sr. Belmiran diz que esses profissionais foram orientados para trabalharem com reforço escolar e não conteúdo programático e acompanhar aquelas crianças que por ventura fosse para escola nos dias de paralisação. A gestora diz ainda que não poderia dar aula normal devido não ter vindo nem metade dos alunos. Ela diz ainda que se tivesse vindo ela tinha se desdobrado para que as aulas de fato acontecesse. Por isso ter trabalhado reforço dos conteúdos já visto. A gestora afirma que mandou as frequências para Semed, porém era o número total de alunos que vinham naquele dia. E não o número de aluno por turma. Sr. Belmiran diz que sobre esse assunto a Semed já está providenciando a gama de documentos solicitado e os mesmos já estão sendo encaminhado pela assessoria jurídica municipal. A Promotora diz que essa documentação exigida, ao qual é referida não é para o MPE-TO e sim para o juiz para a ação que foi protocolada pelo MPE-TO. A gestora diz que os professores têm grupo de wathasapp com pais e que eles se comunicavam ela acredita que por esse fato houve maior adesão dos pais ao movimento grevista. A promotora pergunta se em algum momento foi acionado o Conselho Tutelar como medida protetiva para o retorno dessas crianças faltosas. Ela diz que não. A promotora afirma que dentro da educação as coisas na educação tem vindo de cima para baixo ela ainda complementa que a lei é muito clara, que tem que partir da comunidade para gestão, onde o papel dos gestores é o de formatar essa vontade. O sistema tem que ouvir a comunidade é obrigatório. O Sr. Belmiran ressalta em sua fala que por mais que se lute, argumente no dia a dia se encontra uma situação completamente diferente. Francirene diz que se não for para ouvir a associação de conselho escolar, não faz sentido ela existir se vai ser decidido pela Semed. Sr. Belmiran diz que na Semed tem vários técnicos, vários professores, mas eles tomam esse tipo de decisão por não serem atendidos pelas ACEs quando convocados. A Promotora volta a frisar que têm que se ouvir a comunidade, se comparecer 1 ou todos, eles merecem e tem que ser ouvidos. Sr. Belmiran ainda retruca dizendo que na LDB, não diz isso. A Promotora ressalta também que tem recebido muitas denúncias no MPE-TO, Ela enfatiza que as escolas não estão obedecendo a todos os valores nutricionais que contemplam nas tabelas exigidas por aluno. Isso foi o que informaram o Conselho Municipal de Alimentação, em relatório bem técnico enviado ao MPE-TO, onde os mesmos fizeram a vistoria in loco. Ela diz também que ao falar com alunos, tem recebido reclamações até da quantidade ofertada nas refeições. A Promotora visualizou o P.P.P da

escola e constatou que ela não tem documentos que comprovem que trabalham alguns temas como: Violência escolar, Bulling, etc. Em forma de projetos, programas ações. A gestora afirma que trabalham o Proerd, Guardiões, mais que esse projeto não contempla no P.P.P da escola. A Promotora afirma que os mesmos têm que está documentado no P.P.P. A gestora diz que o mais difícil é de executar ou escrever é o mais fácil, ela pode para e escrever. Francirene diz que para que possamos visualizar essa parceria, ela deve estar impressa, para o órgão fiscalizador será observado os trabalhos realizados na U.E através dos registros. A Promotora diz que tudo tem que ser planejado anteriormente com toda equipe e trabalhado durante o período de curso. Sr. Belmiran diz que os projetos citado tem uma parceria com a rede não é feito diretamente com a escola. A rede realiza as parcerias e envia para as escolas. Foi orientado que essas parcerias sejam anexadas documentalmente no P.P.P das escolas, para que assim fique justificado para agentes fiscalizadores, de quais programas são realizados nas U.E em parcerias. A Orientadora relata que sempre registra e trabalha diariamente as questões que geram violência e sempre conversa, registra, chama os pais, tenta resolver dentro da escola e quando não obtém sucesso, envia para o Conselho Tutelar. Por não haver mais nada a tratar, eu Francirene do Carmo Ferreira da Silva, secretariei e lavrei essa ata. Segue em anexo os documentos coletados nesta Escuta Escolar.

Palmas – TO, 30 de outubro de 2017.